

**A BACIA DO RIO ITAPICURU NA BAHIA: PROPOSTA PARA REDUÇÃO DAS
ASSIMETRIAS REVELADAS.**

MÁRCIO FERREIRA ARAÚJO SILVA

PROFESSOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS E SOCIAIS DE PETROLINA/PE
FACAPE
ANALISTA DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO
E DO PARNAÍBA – CODEVASF
MARCIO.PETROLINA@GMAIL.COM
Doutorando em Administração – UFPE - PROPAD
Mestre em Economia-UFC-CAEN
Economista – UCSal

A Bacia do Rio Itapicuru na Bahia: proposta para redução das assimetrias reveladas.

RESUMO

Este trabalho analisa a situação socioeconômica dos municípios da bacia do rio Itapicuru, na região semiárida da Bahia, a partir de variáveis selecionadas e comparando o seu desempenho com o das principais cidades baianas e o do Estado como um todo. São abordados os aspectos de território e região de planejamento e gestão das águas, assim como pobreza e concentração de renda. Ao final, propõem-se possíveis ações estratégicas de políticas públicas, considerando outras experiências já em curso.

1.0 – INTRODUÇÃO

O estado da Bahia, um dos maiores do Brasil em extensão territorial, tem quase 70% da sua área de 546 mil km² na região semiárida (SUDENE, 2011). O estado, embora tenha o 7º maior Produto Interno Bruto - PIB do país (IBGE, 2011), ainda apresenta elevada incidência de pobreza, tendo como pobre, cerca de 47% da sua população (Lacerda e Neder, 2010). Essa realidade se verifica, principalmente, quando observadas determinadas porções do semiárido baiano aonde se evidenciam espaços estagnados, configurando-se significativos desequilíbrios regionais quando comparado a outras regiões mais dinâmicas, confirmando a existência de elevada desigualdade no Estado, como observado por Lopes (2010), referendando o que já fora apontado por Barros, Henriques e Mendonça (2000) em relação ao Brasil como um todo.

Neste contexto, considerando as recentes alterações na divisão dos espaços territoriais no estado da Bahia, que atualmente conta com 26 Territórios de Identidade e 26 Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA (Resolução nº. 43/2009 do CONERH), verifica-se que dentre esses recortes continuam existindo regiões de baixíssimo dinamismo econômico, com elevada pobreza e de grandes carências sociais, em decorrência, inclusive, da grande extensão territorial do Estado e a sua diversificação histórica, socioeconômica, política e cultural (DI LAURO et ali, 2009).

Nesta perspectiva este estudo tem por propósito estimular o debate sobre quais possíveis novas estratégias e ações a serem realizadas para superação da pobreza e desigualdades existentes na Bahia, tomando como caso a Região da Bacia do Itapicuru, uma das 26 RPGA, e uma das mais carentes do Estado, evidenciando, através do levantamento feito, o seu quadro socioeconômico, e proporcionando outros questionamentos, como quais novos mecanismos podem ser criados para dar maior dinamismo à região da Bacia do

Itapicuru. Conforme, apontam Paim et all (2010), a nova divisão em regiões de planejamento e gestão das águas, alterou a antiga que era de 13 bacias principais, das quais 6 são de rios federais e as demais 7 de rios inseridos exclusivamente no território baiano: a do rio Itapicuru, a do Paraguaçu, a do rio Inhambupe, a do rio Imbassaí, a do Jequiriçá, a do rio de Contas e a do rio Cachoeira, rios cuja vazão é maior nos trechos que se aproximam da foz, ou seja, na porção leste do estado, já próximo a desembocadura no oceano. Dessa forma, tomando como base este recorte territorial, este estudo se justifica, pelo fato de que a região da bacia do Itapicuru apresenta indicadores insatisfatórios quando comparados ao desempenho do Estado como um todo e das principais cidades do interior, muito embora tenha significativas potencialidades, algumas delas reveladas pelo próprio rio.

1.1 – A BACIA DO RIO ITAPICURU

A bacia do rio Itapicuru limita-se ao norte com as bacias do rio Real e rio Vaza Barris, a oeste com bacia do São Francisco, e ao sul com as bacias do rio Paraguaçu e rio Inhambupe (CRA, 2001). Na porção norte, na região das três bacias (Itapicuru, Real e Vaza Barris) encontram-se municípios de processo de urbanização pouco acelerado e baixo dinamismo econômico, configurando uma das regiões mais pobres da Bahia (SEI, 2006). Quando analisada, exclusivamente, a região do Itapicuru, observa-se que se trata uma bacia cujo rio principal é de pequeno volume, dado que nas suas nascentes há baixa precipitação pluviométrica, oscilando entre 477 e 1.100 mm, entretanto na sua porção baixa, pode se registrar volumes superiores a 1.400 mm (Brito, 2007).

Os principais rios tributários são o rio Itapicuru-Açu, que nasce no município de Pindobaçu, o rio Itapicuru-Mirim, que nasce em Miguel Calmon, o rio do Peixe, nascente em Capim Grosso, além de outros dois rios, o Cariacá e o rio Quijingue (CRA, 2001). Estes municípios estão todos localizados na porção nordeste do estado e a foz acontece no município de Conde, no litoral norte, compreendendo uma área de abrangência de 53 municípios, parcial ou totalmente inseridos, todos de micro ou de pequeno porte, cuja população total, segundo o IBGE (2012) ultrapassa 1,4 milhão de habitantes, 10,05% do total do Estado, e a soma das áreas geográficas é de quase 62 mi km², ou 10,93% do total do território baiano (CRA, 2001). Nesta região, nos 24 municípios totalmente inseridos na Bacia, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – SEI, do governo da Bahia, prevalece o clima semiárido com algumas ocorrências de subúmido a seco, de baixas precipitações, com vegetação de caatinga e cerrado, tendo-se evidências de terras com aptidão regular para lavouras e para pastagem plantada. Essas características limitam as condições para atividades da agropecuária com bons índices de produtividade, tal

qual todo o semiárido baiano, implicando numa região de baixo dinamismo econômico e de grandes carências sociais (SEI, 2006). Os 24 municípios que estão totalmente inseridos na Bacia constituem uma área territorial de 24,3 mil km², sendo Monte Santo o mais extenso, com 3,2 mil km², e o menos extenso o de Cipó, com apenas 167 Km² (IBGE, 2011). Do total, apenas 8 municípios tem menos de 500 km² de área, e os demais apresentam elevada extensão territorial. A tabela a seguir os descreve:

Tabela 1: Municípios totalmente inseridos na Bacia do Itapicuru

No.	Município	Área km2 -	No.	Município	Área km2 -
1	ANDORINHA	1.208,00	13	MONTE SANTO	3.285,00
2	ANTONIO GONCALVES	316,00	14	NORDESTINA	471,00
3	ARACI	1.524,00	15	NOVA SOURE	1.021,00
4	BANZAE	212,00	16	OLINDINA	575,00
5	CAEM	497,00	17	PINDOBAÇU	528,00
6	CALDEIRAO GRANDE	496,00	18	PONTO NOVO	465,00
7	CANSANÇÃO	1.320,00	19	QUEIMADAS	2.098,00
8	CAPIM GROSSO	350,00	20	QUINJINGUE	1.271,00
9	CIPO	167,00	21	SANTA LUZ	1.597,00
10	CRISOPOLIS	505,00	22	SAUDE	500,00
11	FILADELFIA	564,00	23	SENHOR DO BONFIM	817,00
12	ITIUBA	1.731,00	24	TUCANO	2.801,00
				TOTAL	24.319,00

Fonte: IBGE, 2011

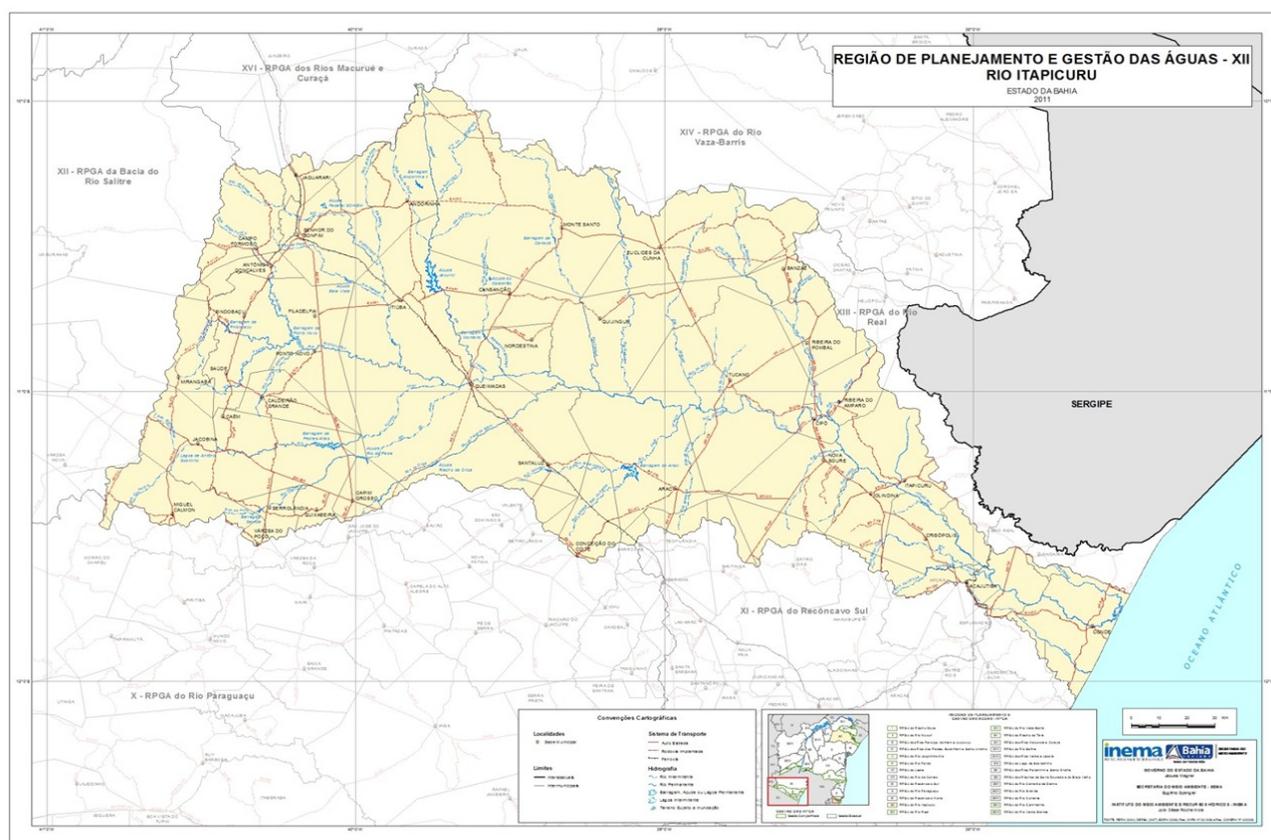
Conforme observado, os 24 municípios somam mais de 24 mil km² de área territorial perfazendo uma média superior a 1 mil km² por município, uma razão próxima da média estadual que é de cerca de 1,3 mil km², área esta considerada elevada quando comparada a de estados como Minas Gerais, que apresenta municípios com média de extensão territorial de 700 km² e São Paulo, com 384 km². Uma elevada extensão territorial pode ser um indicativo de que a região da Bacia do Itapicuru represente área que demande por investimentos em infraestruturas como estradas, energia elétrica, telecomunicações e saneamento básico para as comunidades do interior. De acordo com Sampaio (2008), os municípios do semiárido baiano sempre padeceram com uma economia estagnada e de baixa diversificação, prevalecendo as culturas de subsistência e as atividades criatórias, de baixas tecnologia e produtividade, mantendo-se práticas parecidas com as dos séculos XVIII e XIX, conforme descrito por Dantas (2000). Ainda com base em Sampaio (2008), o semiárido baiano ocupou papel secundário na estrutura produtiva do estado, perpetuando um ciclo de pobreza e subdesenvolvimento.

Quando analisada a região da Bacia do Itapicuru e a sua porção inserida no semiárido, percebe-se que se configura um espaço geográfico formado por municípios de grandes carências, dado que não há evidências de significativa produção e geração

expressiva de riqueza, assim como inexistente, na maioria das sedes municipais, adequada infraestrutura básica e social. Os municípios, inseridos na região semiárida, têm como atividades econômicas principais a agricultura e pecuária, com algumas ocorrências de extração mineral, padecendo com crises de produção, em virtude de freqüentes períodos de estiagem. Não há, por outro lado, significativa produção industrial de alto valor agregado, nem atividades do setor terciário, como turismo ou demais prestações de serviços, dado que não se configuram elementos característicos, como atrativos naturais que estimulem fluxos de visitantes, a não ser eventos esporádicos, como festas populares (SEI, 2006).

A figura a seguir descreve a área da bacia:

Figura 1: Mapa da Bacia do Rio Itapicuru



Fonte: INEMA

2.0 – METODOLOGIA

Para realização deste estudo foi usado o método de levantamento de dados (survey) em fontes secundárias, como órgãos do governo federal, com posterior análise e

interpretação, considerando as variáveis: população, produto interno bruto (PIB), PIB *per capita* e incidência de pobreza. Além do levantamento dos dados quantitativos, buscaram-se referências bibliográficas sobre a temática pobreza e território que auxiliaram no processo de interpretação, comparando com os principais municípios e com o Estado como um todo, dado que nos últimos anos, a Bahia, vem registrando, em regiões localizadas, significativa evolução nos âmbitos econômico e social, com redução de desigualdades de renda (CALDAS e MENEZES, 2010).

3.0– RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1- O CRESCIMENTO POPULACIONAL

O crescimento populacional é uma das variáveis consideradas neste estudo, dado a sua importância na análise do desempenho de um determinado espaço geográfico, pois movimentos de elevada expansão populacional podem evidenciar dinâmicas econômicas positivas. Do contrário, podem denunciar estagnação ou depressão (LIMA e LIMA, 2008). Neste contexto, quando analisado o desempenho da população dos 24 municípios da Bacia percebe-se que nos últimos dez anos houve tímido crescimento, com taxa de apenas 2,78%, contra 7,05% da Bahia e 17,42% dos principais municípios do Estado (IBGE, 2012) . É o que descreve a tabela a seguir:

Tabela 2: Evolução da População dos municípios da bacia do Itapicuru

No	Município	Popul. 2000	Popul. 2010	Taxa de Crescto.%	No	Município	Popul. 2000	Popul. 2010	Taxa de Crescto.%
1	ANDORINHA	15.774	14.414	-8,62%	13	MONTE SANTO	56.139	52.338	-6,77%
2	ANTONIO GONCALVES	9.716	11.015	13,37%	14	NORDESTINA	11.800	12.371	4,84%
3	ARACI	47.584	51.651	8,55%	15	NOVA SOURE	24.405	24.136	-1,10%
4	BANZAE	11.156	11.814	5,90%	16	OLINDINA	23.909	24.943	4,32%
5	CAEM	12.563	10.368	-17,47%	17	PINDOBAÇU	20.869	20.121	-3,58%
6	CALDEIRAO GRANDE	11.395	12.491	9,62%	18	PONTO NOVO	17.187	15.742	-8,41%
7	CANSANÇÃO	31.947	32.908	3,01%	19	QUEIMADAS	24.613	24.602	-0,04%
8	CAPIM GROSSO	23.908	26.577	11,16%	20	QUINJINGUE	26.376	27.228	3,23%
9	CIPO	14.285	15.755	10,29%	21	SANTA LUZ	30.955	33.838	9,31%
10	CRISOPOLIS	19.037	20.046	5,30%	22	SAUDE	11.488	11.845	3,11%
11	FILADELFIA	17.411	16.740	-3,85%	23	SENHOR DO BONFIM	67.723	74.419	9,89%
12	ITIUBA	35.543	36.113	1,60%	24	TUCANO	50.948	52.418	2,89%

Fonte: IBGE, 2012

De acordo com a tabela, na bacia chegou-se a registrar crescimento negativo em 8 dos 24 municípios, sendo o pior em Caém, com -17,82%, assim como o observado em Andorinha, que registrou queda de sua população em 8,62%. Dos 24 municípios, apenas 7

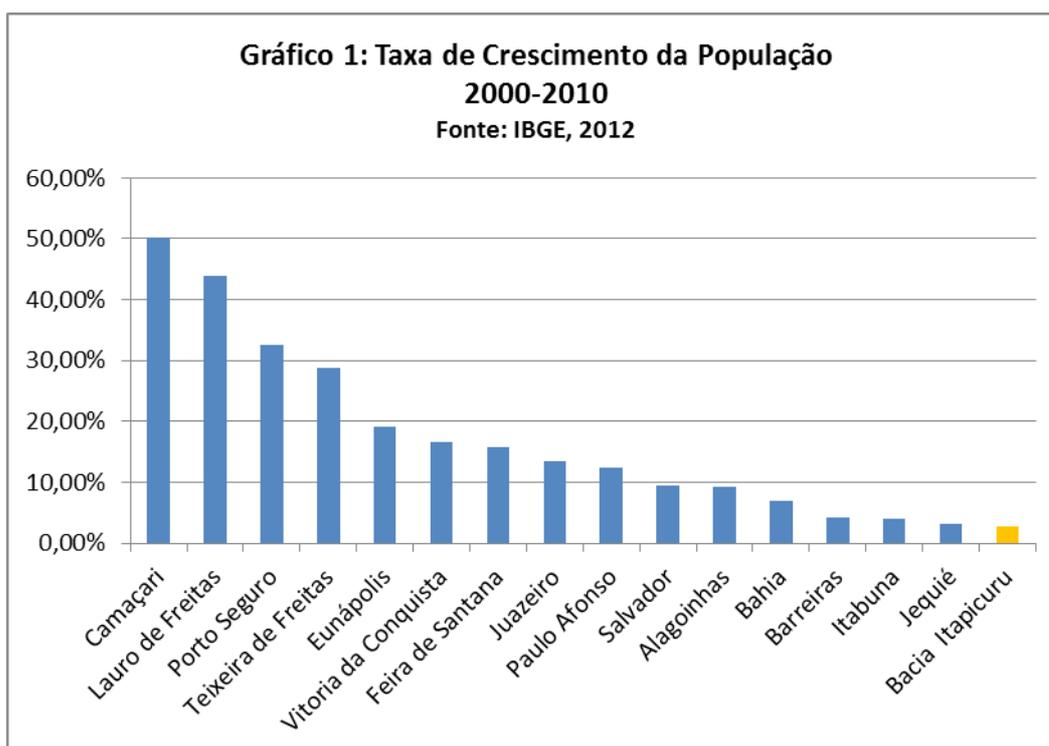
tiveram crescimento superior à taxa estadual, destacando-se a cidade de Antônio Gonçalves que apresentou expansão de 13,37%. Os demais registraram crescimento bastante moderado, o que pode permitir a constatação de que a região não atrai fluxos migratórios, por não apresentar dinamismo. Por outro lado, quando analisado o desempenho dos principais municípios do Estado, observa-se que todos tiveram crescimento positivo, destacando-se cidades como Camaçari e Lauro de Freitas, ambas com mais de 40%, numa demonstração de expressivo vigor, ao contrário do constatado na Bacia. É o que mostra a tabela a seguir:

Tabela 3: Desempenho da população dos principais municípios da Bahia

No	Principais municípios da Bahia	Popul. 2000 (hab.)	Popul. 2010 (Hab.)	Crescimento 2000-2010 %	No	Principais municípios da Bahia	Popul. 2000 (hab.)	Popul. 2010 (Hab.)	Crescimento 2000-2010 %
1	Alagoinhas	130.095	142.160	9,27%	8	Juazeiro	174.567	197.984	13,41%
2	Barreiras	131.849	137.428	4,23%	9	Lauro de Freitas	113.543	163.414	43,92%
3	Camaçari	161.727	242.984	50,24%	10	Paulo Afonso	96.499	108.419	12,35%
4	Eunápolis	84.120	100.246	19,17%	11	Porto Seguro	95.721	126.929	32,60%
5	Feira de Santana	480.949	556.756	15,76%	12	Salvador	2.443.107	2.676.606	9,56%
6	Itabuna	196.675	204.710	4,09%	13	Teixeira de Freitas	107.486	138.491	28,85%
7	Jequié	147.202	151.921	3,21%	14	Vitoria da Conquista	262.494	306.374	16,72%
Bahia							13.070.250	13.992.200	7,05%

Fonte: IBGE, 2012

Conforme descrito na tabela 3 as principais cidades do interior baiano apresentaram significativa expansão das suas populações em patamares muito superiores aos apresentados pelos municípios da bacia do Itapicuru, assim como ao Estado como um todo. Das 13 cidades, excluindo a capital, apenas 3 apresentaram taxa de expansão inferior à taxa de crescimento do Estado, as demais 10 registraram crescimento superior ao estadual. Isto posto, chama-nos a atenção o fato de que a região da Bacia do Itapicuru teve um crescimento populacional muito aquém da do Estado e da dos principais municípios baianos, configurando uma possível situação de região que repele ao invés de atrair fluxos migratórios. O gráfico a seguir ilustra esta questão.



A tabela a seguir compara os três recortes, o Estado, as principais cidades e a Bacia do Itapicuru.

Tabela 4: Taxa de crescimento da população % (2000-2010)

Bahia	7,05
Principais cidades	17,42
Bacia do Itapicuru	2,78

Fonte: IBGE, 2012

3.2- O Desempenho do PIB

A despeito das multidimensões da pobreza defendidas por autores como Lacerda e Neder (2010) e Lopes, Macedo e Machado (2003) que ampliam suas abordagens para aspectos como nível de escolaridade, infraestrutura domiciliar e demais elementos sociais, este estudo se ateve aos aspectos da renda, analisando o desempenho do PIB dos municípios, do PIB *per capita* das suas populações, e da incidência da pobreza, todos indicadores do IBGE.

Quando analisado o produto interno bruto – PIB, os municípios da Bacia do Itapicuru apresentaram, em 2009, valores entre R\$ 33 milhões e R\$ 441 milhões, registrando uma média pouco superior a R\$ 100 mi, um valor ainda muito baixo quando comparado com a média estadual que foi superior a R\$ 328 milhões (IBGE, 2012). Os 13 maiores municípios baianos apresentaram um PIB médio superior a R\$ 2 bi. Esses dados estão descritos nas tabelas a seguir:

Tabela 5: Desempenho do PIB dos municípios da bacia do Itapicuru

No	Município	PIB 2000 (R\$ mil)	PIB 2009 (R\$ mil)	Var. %	No	Município	PIB 2000 (R\$ mil)	PIB 2009 (R\$ mil)	Var. %
1	Andorinha	20.161	71.737	355,82%	13	Monte Santo	58.056	161.171	177,61%
2	Antônio Gonçalves	14.483	33.189	229,16%	14	Nordestina	11.549	35.456	207,01%
3	Araci	51.505	172.731	335,37%	15	Nova Soure	28.120	79.306	182,03%
4	Banzaê	10.168	36.751	361,44%	16	Olindina	27.157	92.409	240,28%
5	Caém	16.626	34.143	205,36%	17	Pindobaçu	21.738	62.870	189,22%
6	Caldeirão Grande	10.668	43.519	407,94%	18	Ponto Novo	19.533	59.007	202,09%
7	Cansanção	32.526	112.229	345,04%	19	Queimadas	27.720	95.228	243,53%
8	Capim Grosso	30.086	121.918	405,23%	20	Quijingue	25.919	92.822	258,12%
9	Cipó	14.863	57.490	386,80%	21	Santaluz	46.338	129.238	178,90%
10	Crisópolis	23.337	85.858	367,91%	22	Saúde	16.407	41.635	153,76%
11	Filadélfia	19.952	53.722	269,26%	23	Senhor do Bonfim	133.110	441.113	231,39%
12	Itiúba	43.746	129.551	296,14%	24	Tucano	56.392	169.157	199,97%

Fonte: IBGE, 2012

Conforme descrito na tabela anterior, dos 24 municípios da Bacia do Itapicuru, 5 apresentaram taxas de crescimento do PIB inferiores a do Estado de 194,64% no período 2000-2009 (IBGE, 2012). Os demais 19 municípios demonstraram melhor expansão, mas com números absolutos ainda insignificantes, evidenciando que a soma dos PIBs de todos os municípios da Bacia é pouco superior a R\$ 2,4 bi, correspondendo a menos de 1,8% do total de todo o estado. Por outro lado os municípios mais populosos demonstraram outro ritmo de crescimento, apresentando números relativos e absolutos muito maiores, conforme descrito na tabela seguinte:

Tabela 6: Desempenho do PIB da Bahia e dos municípios mais populosos (2000-2009)

	R\$ mi (2000)	R\$ mi (2009)	Var.: %		R\$ mi (2000)	R\$ mi (2009)	Var.: %
Alagoinhas	396, 19	1.298,2 2	227,68%	Lauro de Freitas	643, 20	2.672, 09	315,44%
Barreiras	961, 53	1.693,2 5	76,10%	Paulo Afonso	861, 28	1.743, 77	102,46%
Camaçari	5.096, 43	12.158,9 1	138,58%	Porto Seguro	234, 84	805, 24	242,89%
Eunápolis	235, 91	1.228,9 6	420,94%	Salvador	12.282, 97	32.824, 23	167,23%
Feira de Santana	1.702, 50	6.358,1 4	273,46%	Teixeira de Freitas	282, 33	1.051, 44	272,42%
Itabuna	800, 38	2.280,7 3	184,96%	Vitoria da Conquista	774, 34	3.142, 68	305,85%
Jequié	467, 09	1.552,4 5	232,37%	Principais Municípios	25.383, 61	70.556, 09	177,96%
Juazeiro	644, 62	1.745,9 8	170,85%	Bahia	46.523, 21	137.074, 67	194,64%

Fonte: IBGE, 2012

De acordo com o ilustrado nas tabelas, embora a Bacia tenha apresentado crescimento positivo do seu PIB, a sua riqueza total é ainda inferior à de municípios como

Lauro de Freitas ou Vitória da Conquista, por exemplo. Os municípios mais ricos da Bahia estão localizados na região metropolitana ou nas suas proximidades, como Feira de Santana, o que configura elevada concentração de riqueza num estado de enorme extensão territorial. Os demais municípios ricos não estão posicionados fisicamente no Estado de maneira a assegurar maior harmonia em todo território estadual e desconcentrar a riqueza.

3.3 – CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA E DA POBREZA

Ainda considerando o aspecto da geração e distribuição de riqueza, quando da análise do desempenho da economia da Bahia, dos seus principais municípios e da região da Bacia do Itapicuru, observam-se evidências da concentração da riqueza e da pobreza. Neste contexto, convém ressaltar o aspecto da elevada concentração da riqueza em poucos municípios da Bahia, principalmente na capital Salvador, e em municípios como Lauro de Freitas, Camaçari, Feira de Santana e Vitória da Conquista, que juntos representam mais de 41% do PIB total do estado, muito embora só tenham pouco mais de 28% da população. Deve-se ressaltar que estes municípios estão localizados ou na região metropolitana ou nas proximidades (Feira de Santana), ou na porção tradicionalmente mais rica do Estado, sul-sudoeste (Vitória da Conquista). Por outro lado os municípios da Bacia do Itapicuru têm somente 1,74% do PIB total, muito embora 4,53% da população, estando quase todos localizados na porção norte-nordeste, uma região tradicionalmente mais pobre do Estado.



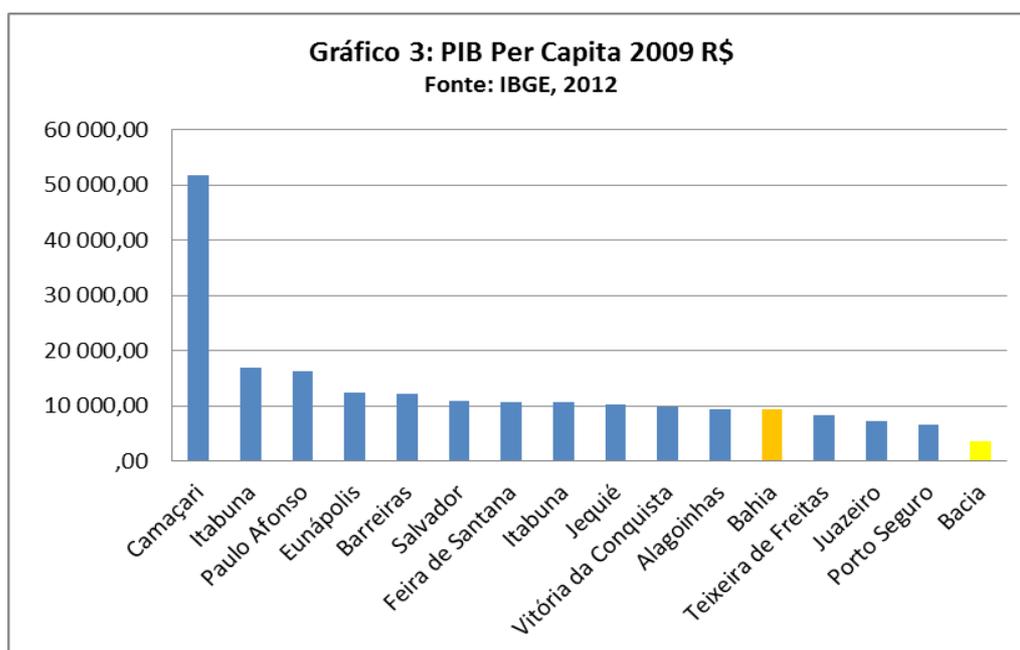
Conforme ilustrado no gráfico há excessiva concentração da riqueza na capital e nos principais municípios, ou seja, mais de 61% do PIB está concentrado em apenas 5 cidades

um total de 417. Em adição, quando feita análise comparativa quanto ao PIB *per capita* constata-se outras grandes assimetrias, conforme destacado na tabela e gráfico seguintes:

Tabela 7: Pib Per Capita 2009 - R\$

BAHIA	9.364,71
SALVADOR	10.948,50
MÉDIA DOS 13 MAIORES MUNICÍPIOS	14.072,12
BACIA ITAPICURU	3.574,25

Fonte: IBGE, 2012



Dessa forma, conforme observado por Osório e Medeiros (2003) a Bahia tem um sério problema de desigualdade e concentração de renda apresentando espaços geográficos de grandes carências e de estagnação ou de fraco dinamismo, como é o caso da região da bacia do Itapicuru, ao passo que algumas regiões, como a metropolitana, persistem concentrando população e principalmente riqueza, num continuado problema a ser resolvido.

Conforme apontam Gonçalves e Silveira Neto (2010), muito embora o Nordeste tenha apresentado significativas taxas de crescimento da renda, todos os estados apresentam cerca de 50% de sua população em estado de pobreza, inferindo ainda que a capacidade de crescimento reduzir a pobreza nos municípios nordestinos tem sido muito pequena. Neste sentido, como complemento a este estudo, fez-se o levantamento dos índices de incidência da pobreza, para os principais municípios da Bahia, para o próprio Estado, e, principalmente, para os municípios da bacia do Itapicuru. Neste contexto, verificou-se que dentre as 24 cidades da bacia do Itapicuru, 4 estão entre as 100 mais pobres do estado, 6 estão entre as 200 mais pobres, 9 estão entre as 300 mais pobres e 4 estão entre as 100 menos pobres da Bahia. Já com relação aos maiores municípios do Estado, verificam-se

municípios com baixos índices de pobreza, para os padrões nordestinos, como é o caso de Feira de Santana, sendo que dos 13 municípios do interior, 8 tem incidência de pobreza inferior a do Estado.

As tabelas a seguir descrevem melhor:

Tabela 8: Índice de Pobreza dos maiores municípios da Bahia

No.	Maiores municípios da Bahia	Índice de Pobreza % 2003	No.	Maiores municípios da Bahia	Índice de Pobreza % 2003
1	Alagoinhas	39,84	9	Lauro de Freitas	42,65
2	Barreiras	40,9	10	Paulo Afonso	42,01
3	Camaçari	57,51	11	Porto Seguro	52,17
4	Eunápolis	52,51	12	Salvador	35,76
5	Feira de Santana	36,14	13	Teixeira de Freitas	53,01
6	Itabuna	42,83	14	Vitoria da Conquista	39,06
7	Jequié	48,95			
8	Juazeiro	45,24		Bahia	43,47

Fonte: IBGE, 2011

Tabela 9: Índice de Pobreza nos municípios da bacia do Itapicuru

No	Municípios da Bacia do Itapicuru	Índice de Pobreza 2003 - %	Nº de ordem no Estado	No	Municípios da Bacia do Itapicuru	Índice de Pobreza 2003 - %	Nº de ordem no Estado
1	Andorinha	56,04	54	13	Monte Santo	47,85	164
2	Antônio Gonçalves	56,43	51	14	Nordestina	30,45	391
3	Araci	48,58	154	15	Nova Soure	47,48	171
4	Banzaê	37,77	328	16	Olindina	45,60	204
5	Caém	37,72	329	17	Pindobaçu	51,24	115
6	Caldeirão Grande	32,57	380	18	Ponto Novo	54,68	70
7	Cansanção	44,72	215	19	Queimadas	42,31	256
8	Capim Grosso	43,62	232	20	Quijingue	50,44	132
9	Cipó	52,69	96	21	Santaluz	47,71	167
10	Crisópolis	39,23	301	22	Saúde	45,99	196
11	Filadélfia	46,50	186	23	Senhor do Bonfim	40,59	284
12	Itiúba	40,86	279	24	Tucano	48,33	159

Fonte: IBGE, 2012

4.0 – CONCLUSÕES

Este estudo teve o objetivo de trazer ao debate a situação dos municípios da Bacia do rio Itapicuru no Estado da Bahia, uma região cuja sua maior parte está localizada no semiárido, revelando baixo dinamismo, e cujo rio, embora intermitente, não é aproveitado em toda sua potencialidade. Para tanto foi feito um levantamento de dados dos municípios que a compõem, comparando-os com o desempenho apresentado pelos maiores municípios e pelo Estado como um todo. O estudo considerou as variáveis, população, PIB, PIB *per capita* e índice de pobreza, e seu desempenho, constatando-se que os números da Bacia estão bastante aquém dos apresentados pelas demais cidades e pela Bahia como um todo.

Entre os resultados encontrados, observou-se que a taxa de crescimento da população da região da bacia foi bastante inferior a das demais regiões analisadas, assim como se verificou que todos os municípios da Bacia apresentam PIB e PIB *per capita* inferiores à média do estado, muito embora algumas das localidades tenham apresentado elevadas taxas de crescimento. Da mesma forma, o trabalho apontou a problemática do continuado processo de concentração da riqueza e da pobreza no Estado, quando revelou as altas taxas de incidência de pobreza nos municípios selecionados.

Esses resultados sugerem um maior aprofundamento do debate quanto a possíveis estratégias a serem adotadas para reversão desse insatisfatório quadro, propondo-se a adoção de políticas públicas e a criação de mecanismos e instrumentos que possam auxiliar no melhor aproveitamento das potencialidades apresentadas pela região, como a possível criação de um organismo estadual de atuação específica na região, a exemplo do que foi feito no vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais, ou como foi feito nas regiões dos vales do Parnaíba no Piauí e Maranhão, e Itapecuru e Mearim, no Ceará, que foram incorporados à área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. A criação de uma Agência para a Bacia do Itapicuru ou a sua incorporação à jurisdição da CODEVASF, talvez possa ser uma importante iniciativa no sentido de se institucionalizar meios de criação de estrutura de governança com vistas a captação de recursos, elaboração de projetos e execução de investimentos que revertam um quadro de estagnação e pobreza. Talvez esta seja uma interessante proposta, como ações estratégicas de política pública, a ser mais bem analisada e discutida em trabalhos posteriores, com o intuito de contribuir para o melhor aproveitamento das potencialidades do rio Itapicuru visando promover, sem perder de vista a questão ambiental, um maior desenvolvimento para as comunidades às suas margens.

5.0– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R., HENRIQUES, R., MENDONÇA R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.15, n. 42, fev. 2000.

BRITO, M. Qualidade da água para irrigação na bacia do rio Itapicuru e risco de salinização no projeto de Irrigação Ponto Novo – BA. 2007. 64 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – UFRB – Universidade Federal do Recôncavo. Cruz das Almas-BA.

CALDAS, R. e MENEZES, T. Decomposição do Índice Theil-T: uma análise da desigualdade de renda para os estados nordestinos. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza v. 41. n. 03. Jul. – set. 2010.

CONERH - Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Resolução n. 43/2009 de 02/03/2009. **Diário oficial da Bahia**. Salvador, 03/03/2009.

CRA – Centro de Recursos Ambientais da Bahia. **Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru**. Salvador: 2001

DANTAS, M. D. Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano. **Penélope – Revista de História e Ciências Sociais**, n. 23, 2000, p. 9-30

DI LAURO, A., et alli. Territórios de identidade no Brasil: uma análise teórica e metodológica no Estado da Bahia. IN: **12º EGAL - Encuentro de Geógrafos de America Latina**. Montevideu: 3 a 7 abr. 2009.

GONÇALVES, M. e SILVEIRA NETO, R. Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos: evidências para o período de 1991-2000. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: v. 41. n. 4. out.-dez. de 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 set. 2011.

LACERDA, F. e NEDER, H. Pobreza multidimensional na Bahia: uma análise a partir do indicador multidimensional de pobreza. In: **VI ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA**. Salvador: set. 2010.

LIMA, H. e LIMA, J. Economia do Nordeste: mapeando “novas” áreas dinâmicas. In: **XIII Encontro Nacional de Economia Política**. João Pessoa: maio de 2008.

LOPES, R. Qualidade das instituições, limitações teóricas e desigualdades regionais: o caso do semiárido baiano. In: **VI ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA**. Salvador: set/2010.

LOPES. H. M., MACEDO, P.B.R. e MACHADO, A.F. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. **Texto para discussão nº. 223**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003

NASCIMENTO, H. Desenvolvimento territorial no semiárido baiano: qual estratégia?

Bahia Análise & Dados. Salvador, v.18, n.2, p.223-237, jul/set.2008

OSÓRIO, R. e MEDEIROS, M. Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999.

Série Estudos e Pesquisa. Pobreza e Desigualdades Sociais. Salvador: SEI, n. 63. p.249-266. 2003

PAIM, G. F. et alli. A utilização do geoprocessamento para criação de unidades hidrográficas no Estado da Bahia: um suporte no monitoramento da qualidade das águas.

INEMA- Instituto do Meio Ambiente. Salvador: junho 2010.

SAMPAIO, M.G.V. Reflexões sobre o processo histórico de subdesenvolvimento econômico do semiárido baiano. **Bahia Análise & Dados.** Salvador, v.18, n.2, p.211-222, jul/set.2008

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Uso atual das terras: bacias dos rios Itapicuru, Vaza-Barris e Real. **Série Estudos e Pesquisas.** Salvador: SEI, 2006

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br>. Acesso em: 03 set. 2011.